



Número: **0808006-53.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 8.606,25**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                |                    | Procurador/Terceiro vinculado                               |                          |
|---------------------------------------|--------------------|---|--------------------------|
| MARCELO LUCAS DA SILVA (AUTOR)        |                    | MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)                        |                          |
| MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU) |                    |   |                          |
| Documentos                            |                    |   |                          |
| Id.                                   | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                     |
| 12470696                              | 07/02/2018 14:25   | <a href="#">Petição Inicial</a>                             | Petição Inicial          |
| 12470736                              | 07/02/2018 14:25   | <a href="#">BO - MARCELO</a>                                | Documento de Comprovação |
| 12470740                              | 07/02/2018 14:25   | <a href="#">DOC. VEÍCULO E RE. ADMINISTRATIVO - MARCELO</a> | Documento de Comprovação |
| 12470745                              | 07/02/2018 14:25   | <a href="#">DOCUMENTAÇÃO MÉDICA - MARCELO</a>               | Documento de Comprovação |
| 12470748                              | 07/02/2018 14:25   | <a href="#">PROC. E DECS. PESSOAIS - MARCELO</a>            | Documento de Comprovação |
| 13931862                              | 27/04/2018 10:11   | <a href="#">Despacho</a>                                    | Despacho                 |
| 28175711                              | 11/02/2020 14:47   | <a href="#">Petição</a>                                     | Petição                  |
| 28175741                              | 11/02/2020 14:47   | <a href="#">PROCURAÇÃO MARCELO LUCAS</a>                    | Procuração               |
| 29624102                              | 02/04/2020 13:58   | <a href="#">Despacho</a>                                    | Despacho                 |
| 29895118                              | 15/04/2020 18:58   | <a href="#">Mandado</a>                                     | Mandado                  |
| 34228519                              | 12/09/2020 18:21   | <a href="#">MAPFRE</a>                                      | Diligência               |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA- PARAÍBA

MARCELO LUCAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF sob o nº 037581854-59, residente e domiciliado no Sítio Laranjeiras, SN, Zona Rural, Fagundes - PB, CEP 58487-000, não possui endereço eletrônico, por seus advogados que ao final assinam, constituído legalmente nos termos do Instrumento de Procuração, com endereço profissional à Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66, Centro, João Pessoa-PB, vêm à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos art. 5.º, V, X, da Constituição Federal de 1988, e demais legislações pertinentes, propor a presente

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, empresa seguradora com sede na Capital do Estado da Paraíba, na Av. Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, CEP: 58.030-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, fazendo com base nos argumento fático-jurídico adiante delineados.



## I - DOS FATOS E DO DIREITO

A parte autora foi vítima de acidente automobilístico em 30/01/2015, tendo sofrido FRATURA NO OMBRO DIREITO ESQUERDO, tendo se submetido a tratamento cirúrgico, o que acarretou nas seguintes debilidades permanentes: **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, COM LIMITAÇÕES NOS MOVIMENTOS**, conforme se verifica através de documentação anexa (V. docs);

O autor, então, deu entrada administrativamente no seguro DPVAT, através de uma das seguradoras conveniadas à Seguradora Líder. Tendo se submetido a procedimento demasiadamente burocrático, inclusive com realização de perícia por médico indicado pela Seguradora reguladora do sinistro, recebeu o ínfimo valor de **R\$ 843,73 (oitocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)**, muito aquém do estipulado em lei. Desse modo, a fim de garantir o que é seu por direito e não restando outra alternativa para tanto, a promovente busca a tutela jurisdicional.

Outrossim, dê-se devida atenção, excelência, que a parte demandante só recebeu o benefício após decurso do prazo previsto em lei, qual seja: o de 30 (trinta) dias, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, *in verbis*:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (grifei)

## II – QUANTO A AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML

Douto julgador, a Lei 6.194/74 que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige Laudo do IML como requisito para o ajuizamento da ação em questão. Portanto, importa observar os documentos carreados aos autos, os quais são suficientes para comprovar as sequelas sofridas em razão do acidente. Corroborando tais premissas estão os arts. 369 e 370 do Novo Código Processo Civil:



Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

No mesmo sentido o art. 5º da Lei 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Juiz não está diretamente ligado a uma prova específica, no caso o laudo do IML, ao contrário, caberá ao juízo a determinação de provas que tenham o condão de formar a justeza do magistrado, não podendo a análise da pretensão deduzida pelo Autor ser afastada.

Desse modo se posiciona a jurisprudência pátria, *in verbis*:

**AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO –**

Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT **não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML**, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (grifei).

**PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA. AUSÊNCIA DE**



LAUDO DO IML. DESNECESSIDADE. LAUDO CONCLUSIVO DA DEBILIDADE PERMANENTE. SENTENÇA MANTIDA.

I - Conforme entendimento jurisprudencial emanado do Colendo STJ, admite-se que decisões judiciais adotem manifestações exaradas no processo em outras peças, desde que haja um mínimo de fundamento, com transcrição de trechos das peças às quais há indicação (per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). II - **A existência de laudo do IML não é exigência de convencimento ao Juiz, que deverá convencer-se da verdade pelos documentos e laudos apresentados, podendo requerer outras provas e indeferir as protelatórias, sob pena de ressurgimento do odioso sistema de prova tarifada. Portanto, não há falar em nulidade, anulação ou reforma da sentença, considerando laudo conclusivo da gravidade das perdas da Apelada, o qual em verdade deve ser interpretado como invalidez para as atividades normais.** Assim, o recurso deve ser desprovido. III ? Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(TJ-AM - APL: 06349106220138040001 AM 0634910-62.2013.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 14/12/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 17/12/2015). (grifei).

PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML - EXTINÇÃO DO PROCESSO - APTIDÃO DA PETIÇÃO INICIAL - SENTENÇA CASSADA.

1. Uma petição inicial está apta a iniciar uma ação quando, além de preenchidos os requisitos do artigo 282 do CPC, permite à parte ex adversa a exata compreensão da demanda, possibilitando-lhe o exercício do contraditório como corolário da ampla defesa; e no caso vertente, é evidente a pretensão inicial e os fundamentos fáticos e jurídicos nos quais o autor/apelante a embasa, como já evidenciado. 2. **O laudo pericial do Instituto Médico Legal não é documento indispensável à propositura da ação de indenização do seguro DPVAT.**

(TJ-MG - AC: 10024123061673001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 10/04/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 28/04/2014). (grifei).

De se concluir, portanto, que referida ausência do laudo do IML não é capaz de afastar a pretensão da parte autora, já que não é documento essencial para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT.

### III - DO VALOR RECEBIDO A MENOR



O valor que o autor recebeu não é suficiente para ampará-lo. Diante de tudo o que sofreu e sofre, haja vista ainda sofrer de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o inciso II do art. 3º da Lei 6.194/74, é o mais justo ao seu caso.

Art.3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 28 compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I- R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

**II- até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e**

III-até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifei).

Atente-se ainda que, além de descumprir a legislação quando paga indenização em quantia inferior ao devido por lei, a promovida age de igual modo ilicitamente quando, de forma descomedidamente burocrática, exige documentos desnecessários ao deslinde da questão, violando claramente o disposto no §1º do art. 5º da Lei 6.194/74, que diz:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entre dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.



Por estes motivos tem-se este processo como objeto de lide no judiciário, manejando a parte demandante o seu *jus postulandi*, de modo a alcançar junto ao Poder Judiciário o que é seu por direito.

#### IV - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

[...]

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Assim, indiscutível a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor à espécie, entre elas a supracitada regra especial que prevê o direito básico do consumidor à inversão do ônus da prova em caso de caracterização de sua hipossuficiência.

Tendo em vista a hipótese envolver cobrança de indenização decorrente de serviço securitário, que está incluído no rol daqueles que perfazem relação de consumo ([CDC](#), art. 3º, § 2º), sendo o autor hipossuficiente técnica e economicamente falando, requer, desde já, a concessão do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório - DPVAT, caso haja, vez que toda documentação fica retida com a seguradora.

#### V - DO PEDIDO



Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

a) Que defira o requerimento de inversão do ônus *probandi*, em face da hipossuficiência da parte promovente;

b) Que a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do NCPC, seja designada após a realização da perícia nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo em vista que as conciliações nas ações dessa natureza só ocorrem após a realização da perícia judicial;

c) A citação da Ré para oferecer resposta no prazo legal, nos termos do artigo 335;

d) A PROCEDÊNCIA TOTAL DA AÇÃO PARA QUE A EMPRESA SEGURADORA SEJA CONDENADA A PAGAR A QUANTIA QUE CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR LEGAL DE R\$ 9.450,00 (NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS) E O MONTANTE PAGO ATÉ O MOMENTO, VALOR ESTE ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA;

e) Que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determinam as Súmulas 43 e 54 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;

f) Seja condenada a demanda em 20% referente a honorários advocatícios sobre o valor da condenação;

g) A concessão do benefício da justiça gratuita, tendo em vista que o(a) autor(a) não apresenta atualmente condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos da Lei de nº 1.060/50 e do artigo 98 do NCPC;

h) A produção de todos os meios de prova permitidos em direito, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, principalmente a juntada de documentos, realização de perícia, nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o TJ/PB (convênio n. 015/2014), e etc;

Dando-se à causa o valor de R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).





João Pessoa, 06 de fevereiro de 2018.

MARTINHO CUNHA MELO FILHO

OAB/PB 11.086

HÉRIKA COELI

OAB/PB 18.925





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª Delegacia Regional de Polícia Civil  
10ª Seccional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de C. Grande/PB  
Rua Raimundo Nonato de Araújo S/Nº Bairro do Catolé-C.Grande/PB Fone-3310-9319



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL, VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

**DATA, HORA E LOCAL DO FATO:** 30.01.2015, às 18:49 hs, na rua Odon Bezerra, bairro Liberdade, nesta cidade.

**DATA E HORA EM QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO:** 01.10.2015, às 11:32 hs.

**COMUNICANTE/ VITIMA:** MARCELO LUCAS DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, com 35 anos de idade, nascido em 04.05.1980, natural de Fagundes-PB, filho de José Lucas da Silva e de Ivonete Bezerra da Silva, residente no Sítio Laranjeiras, Município de Fagundes-PB, portador da Identidade de Nº2576254-SSP-PB, Fone- 99407-1657.

**DAS TESTEMUNHAS:** FÁBIO GOMES LIRA, brasileiro, solteiro, mototaxista, com 33 anos de idade, nascido em 16.11.1981, natural de Campina Grande-PB, filho de Luiz Gomes Lira e de Francisca Gomes Filha, residente na rua- José Porto, 132, bairro Santa Rosa, nesta cidade, portador da Identidade de Nº2.857.670-SSP-PB, Fone- 98811-2356 e FABIO CABRAL DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, com 33 anos de idade, nascido em 02.02.1982, natural de Fagundes-PB, filho de Severino Joaquim da Silva e de Josefa Luiz Cabral da Silva, residente no Sítio Laranjeiras Município de Fagundes-PB, portador da Identidade de Nº2823523-SSP-PB, Fone-98741-2781.

**INFRATOR:** Não Há.

**DA NARRATIVA DO FATO:** Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, conduzia a motocicleta Honda/CG 150 TITAN ES, Ano/Modelo 2008/2008, cor vermelha, Placa KZB-1154-PB, Chassi de Nº 9CKC08508R046257, licenciada em nome



do comunicante Marcelo Lucas da Silva, quando trafegava na rua Odon Bezerra, bairro Liberdade, momento em que o piloto de outra motocicleta de sinais não identificados, cruzou a via sem a devida atenção, tendo o comunicante colidido na outra motocicleta, tendo a vítima caído ao solo e sofrido fratura da clavícula do lado direito, sendo socorrida por populares e encaminhado ao do Hospital de Emergência e Trauma nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente. O comunicante está ciente das penalidades previstas no art. 299 do Código Penal.

DELEGADO: LUCIANO BEZERRA SERRA SECA

COMUNICANTE/VÍTIMA: Marcelo Lucas da Silva

TESTEMUNHA: Fabio Gomes Lima

TESTEMUNHA: Fabio Cabral da Silva

ESCRIVÃO: DA





para emissão do parecer final e de 30 dias o contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3160007402 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA MARCELO LUCAS DA SILVA  
 COBERTURA Invalidez  
 PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MBM  
 SEGURADORA S/A #772  
 BENEFICIÁRIO MARCELO LUCAS DA SILVA  
 CPF/CNPJ: 03758185459

Posição em 27-01-2018 20:55:55  
 Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

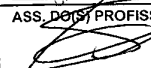
| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total |
|-------------------|----------------------|------------------|-------------|
| 07/03/2016        | R\$ 843,75           | R\$ 0,00         | R\$ 843,75  |

06/02/2018 15:32



gru pedu

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| <b>GOVERNO DA PARAIBA</b><br><b>SUS</b>  |  | <b>SECRETARIA DE SAÚDE</b><br><b>HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES</b> |  |
| <b>FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL</b>   |  |   |  |
| <b>UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO</b><br>Código da Unidade: 00023671 CNPJ: 08-778.268/0001-60<br>Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES<br>Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS<br>Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25  |  |   |  |
| <b>PACIENTE:</b><br>Nome: MARCELO LUCAS DA SILVA Sexo: MASCULINO Idade: 34,8<br>Profissão: AGRICULTOR (TH) 9407/1857 Documento: 2576254<br>Endereço: SÍTIO LARANGEIRAS, FAGUNDES Bairro: ZONA RURAL<br>Município: FAGUNDES Estado: CEP: 250610<br>Data Atendimento: 30/01/2015 18:49h Código do Município: 250610<br>Data Nascimento: 02/05/1980 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO |  |   |  |
| <b>RAÇA/COR</b><br>( ) 1 - BRANCA ( ) 2 - PRETA ( ) 3 - PARDA<br>( ) 4 - AMARELA ( ) 5 - INDÍGENA ( ) 99 - SEM INFORMAÇÃO  |  |   |  |
| <b>ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:</b><br>Paciente vítima de acidente de moto há ± 24 horas, com lesões superficiais. Paciente bem perfurado do Hospital de Queimados para avaliação de ortopedia. Ao exame: BFG, consciência orientado, hidratado, normocrônico.  |  |   |  |
| <b>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE</b> TIPO<br>Em tempo: Ret apórese foi realizado raio-X de ombro @<br>RESULTADOS apresentando fratura.  |  |   |  |
| <b>MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS</b><br>1. _____<br>2. _____<br>3. _____<br>4. _____<br>5. _____  |  |   |  |
| <b>DIAGNÓSTICO / CID:</b><br>S80.1A  |  |   |  |

|   |  |  |
|---|--|--|
| <b>NATUREZA DA CONSULTA</b><br>Consulta Básica (PAB): _____<br>Consulta Especializada: <u>Ortopedia</u>   |  |  |
| <b>PROCEDIMENTO</b><br><u>ITO LACERAR</u><br><u>MANUTENÇÃO NO MPB</u>   |  |  |
| <b>TIPO DE ATENDIMENTO</b><br><input type="checkbox"/> 01 - URGÊNCIA<br><input type="checkbox"/> 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA;<br><input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO;<br><input type="checkbox"/> 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO;<br><input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS |  |  |
| <b>MEDICAÇÃO</b><br><input type="checkbox"/> 01 - PRESCRITA<br><input type="checkbox"/> 02 - APLICADA   | <b>ENCAMINHAMENTO</b><br><input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO<br><input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS |  |
| <b>SERVIÇOS REALIZADOS:</b><br>CÓDIGO / PROCEDIMENTO CBO IDADE<br>013017104100172 225270<br>0120410410116 225320  |  |  |
| ASS. DO(S) PROFISSIONAL(AIS) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)<br>  |  |  |
| ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL - OU PÓLEGAR DIREITO<br><u>Marcelo Lucas da Silva</u>  |  |  |
| ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO)   |  |  |

MOD. 014



## Ficha de Acolhimento

|                                       |  |                               |
|---------------------------------------|--|-------------------------------|
| Nome: <u>marcelo lucas da Silva</u>   |  |                               |
| End.: <u>R. São Lourenço</u>          | Bairro: <u>Fagundes</u>                |                               |
| Data de Nascimento: <u>04/05/1980</u> | Documento de Identificação:            |                               |
| Queixa: <u>queixa de</u>              | Data do Atendimento: <u>30/01/2015</u> | Hora: <u>18:50</u> Documento: |

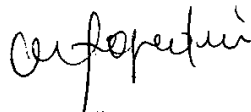
## Classificação de Risco

|  |  |
|--|--|
| Nível de consciência: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Baixo  | Aspecto: <input checked="" type="checkbox"/> Calmo <input type="checkbox"/> Fácies de dor <input type="checkbox"/> Gemente |
| Frequência respiratória:   | Frequência cardíaca:   |
| Pressão arterial:  | Temperatura axilar:  |
| Dosagem de HGT:  | Mucosas: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Pálida                                   |
| Deambulação: <input checked="" type="checkbox"/> Livre <input type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Maca |  |

MOD. 110

## Estratificação

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Vermelho - atendimento imediato            | <input type="checkbox"/> Amarelo - atendimento até 1 hora |
| <input checked="" type="checkbox"/> Verde - atendimento até 4 horas | <input type="checkbox"/> Azul - atendimento ambulatorial  |

Terence Viana Duarte  
Enfermeira  
COREN 287.537

Assinatura e carimbo do profissional

PACIENTE: MARCELO LUCAS DA SILVA  
DATA DO EXAME: 30.01.2015  
RADIOGRAFIA DE OMBRO

- Fratura do terço médio da clavícula, com desalinhamento dos fragmentos.

36.

Dr. Arquimedes A. B. Lira  
CRM/PB: 7197Dra. Miriam Albino  
CRM/PB 6435Dra. Marcella Farias  
CRM/PB 6550Dr. Rafael Borges  
CRM/PB: 6485Dr. Ramoniê Miranda  
CRM/PB: 8220Dr. Roberto Maia  
CRM/PB: 6101



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DISTRITAL DE QUEIMADAS

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES

|              |                        |          |          |
|--------------|------------------------|----------|----------|
| Ficha Nº:    |                        | Data:    | 29/01/15 |
| Paciente:    | Marcelo Lemos da Silva |          |          |
| Origem:      | Hospital Queimadas     |          |          |
| Solicitante: |                        | Clinica: |          |

Motivos do Encaminhamento

trauma de ombro direito e  
dor e deformidade de clavícula  
direita + perfis dos ossos  
MSD

Exat. ortopédica

Medicação Administrada

Encaminhado para:

Hospital Trauma de C. Grande

Assinatura / Carimbo  
MÉDICO

Genésio Cirilo de Carvalho  
Cirurgião Geral  
CRM 4475





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

Marcelo Lucas da Silva, brasileiro, casado,  
agricultor, portador do CPF nº 037.481.854-59, residente e  
domiciliado no Sítio Laranjeiras, Zona Rural, P. 1m,  
Fagundes - PB, CEP: 58.487-000  
pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus procuradores:

**OUTORGADO:** Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado ADVOGADO inscrito na OAB/PB nº 11.086, Lílian Maria Duarte Souto, brasileira, solteira, ADVOGADA inscrita na OAB/PB 11.490, Houseman Rocha, brasileiro, solteiro, ADVOGADO inscrito na OAB/PB sob o nº 13.534, Wellington Nóbrega Vilar, brasileiro, casado, ADVOGADO, OAB/PB 15.024, todos estabelecidos na Rua: João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 66, Centro, João Pessoa - PB.

a quem confere amplos poderes com a cláusula ad-judicia e extra-judicia para, como seus advogados, representar a outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra judicialmente, com poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, receber alvará em cartório, tudo precedido de expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.

**DECLARAÇÃO:** (a)(s) outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060 de 1950.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2016.

Marcelo Lucas da Silva



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
**MARCELO LUCAS DA SILVA**

DOC. IDENTIDADE / CMC. EMISSOR / UF  
**25762546SPPE**

CPF  
**037.581.854-59**

DATA NASCIMENTO  
**04/05/1980**

RELACÃO  
**JOSE LUCAS DA SILVA**  
**IVONETE BEZERRA DA SILVA**

PERMISSÃO  
**ACC** **CRT. HAB.**  
**A2**

Nº REGISTRO  
**04350283008**

VALIDADE  
**15/05/2017**

1ª HABILITAÇÃO  
**30/04/2008**

OBSERVAÇÕES

*Marcelo Lucas da Silva*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**RIO DE JANEIRO, RJ**

DATA EMISSÃO  
**11/09/2012**

*Renato*  
ASSINATURA DO EMISSOR

66054151980  
RJ385753616

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)

VALIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

617480537

617480537



MARCELO LUCAS DA SILVA  
SIT LARANJEIRAS, S/N /  
FAGUNDES / PB CEP. 58487000 (AG. 401)

-ÁREA RURAL

**energisa**

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
BR230 - KM 158 - Alto Subsele - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58422-700  
Classe/Subclasse: RURAL / AGROPECUÁRIA RURAL MONOFÁSICO CNPJ 08 826 586000145 - Insc. Est. 16 003 838-1  
Razão: 4 - 404 - 426 - 1180 Referência: Set / 2015  
V. medidor: 00008085145 Emissão: 10/09/2015 Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.040.720  
Código para Débito Automático: 00001826187

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

RESERVADO AO FISCO

c201.2809 23c0 1809 21c3.81e4 cef3 28tc

Conta referente a

CDGC (Código do Consumidor): 4/103518-7

Set / 2015

Canal de contato

Apresentação

- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Normativa ANEEL 1.845/2015, vigente a partir de 01/09/2015.

10/09/2015

Data prevista da próxima leitura

09/10/2015

CPF/ CNPJ/ RANI

3758185458

Cálculo de consumo

| Anterior | Atual  | Constante | Consumo | Dias |
|----------|--------|-----------|---------|------|
| Data     | Letura | Data      | Letura  |      |
| 10/03/15 | 0      | 10/09/15  | 123     | 31   |

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ O DIA 05/09/2015 PAGAS, DERIGADO!

Demonstrativo

| Descrição              | Quantidade | Preço   | Valor (R\$) |
|------------------------|------------|---------|-------------|
| Consumo em kWh         | 123        | 0,26880 | 32,79       |
| Adic. B Vermelha       |            |         | 8,26        |
| IMPOSTOS E ENCARGOS    |            |         |             |
| P.S.                   |            |         | 0,71        |
| COFINS                 |            |         | 3,27        |
| CONTRIB. ILLUM PUBLICA |            |         | 2,24        |
| KMS (ISENTO)           |            |         |             |

Histórico de Consumo (kWh)

|        |     |
|--------|-----|
| Agô/15 | 74  |
| Jul/15 | 118 |
| Jun/15 | 121 |
| Mai/15 | 124 |
| Abr/15 | 133 |
| Mar/15 | 115 |
| Fev/15 | 123 |
| Jan/15 | 122 |
| Out/14 | 117 |
| Nov/14 | 108 |
| Out/14 | 108 |
| Set/14 | 114 |

Medida dos últimos meses  
115 kWh

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

17/09/2015

R\$ 45,37

Indicadores de Qualidade 2015 - Químicos

| Limites da ANEEL | Apurado | Limite de Tensão (V) |
|------------------|---------|----------------------|
| VC MENSAL        | 11,50   | 1,00                 |
| VC TRIMESTRAL    | 22,80   | 1,00                 |
| VC ANUAL         | 45,80   | 1,00                 |
| VC MENSAL        | 7,80    | 1,00                 |
| VC TRIMESTRAL    | 15,79   | 1,00                 |

Composição do valor total da sua conta

| Descrição                         | Valor (R\$) | %     |
|-----------------------------------|-------------|-------|
| Serviços de Dist. de Energia (SD) | 13,27       | 29,47 |
| Compra de Energia                 | 18,88       | 41,62 |
| Serviço de Transmissão            | 0,89        | 1,96  |
| Encargos Setoriais                | 4,91        | 10,82 |
| Impostos Diretos e Encargos       | 6,22        | 13,71 |
| Outros Serviços                   | 0,00        | 0,00  |



Assinado eletronicamente por: MARTINHO CUNHA MELO FILHO - 07/02/2018 14:25:22

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18020714243190200000012190092

Número do documento: 18020714243190200000012190092



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0808006-53.2018.8.15.2001**

**DESPACHO**

Vistos.

Acerca da procuração, dispõe o art. 654, §1º, do CC/2002, que "§ 1º O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos".

No caso em tela, o advogado juntou procuração incompleta, razão pela qual o documento não pode ser aceito.

Assim, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar procuração que atenda a todos os requisitos legais, sob pena de extinção do feito sem análise de mérito, por irregularidade de representação.

JOÃO PESSOA, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE JOÃO  
PESSOA - PB**

Processo n. 0808006-53.2018.8.15.2001

MARCELO LUCAS DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, por seu advogado que abaixo subscreva, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho de id. [27224147 - Expediente](#), requerer a juntada de procuração.

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa, 11 de fevereiro de 2020

**Martinho Cunha Melo Filho**  
**OAB/PB- 11.086**

**Hérika Coeli**  
**OAB/PB- 18.925**



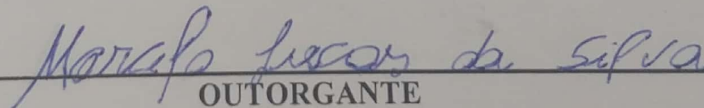
## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MARCELO LUCAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF sob o nº 037581854-59, residente e domiciliado no Sítio Laranjeiras, SN, Zona Rural, Fagundes - PB, CEP 58487-000, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seus procuradores.

**OUTORGADO:** Hérika Coeli da Silva Clementino, brasileira, solteira, ADVOGADA inscrita na OAB nº 18.925, Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado, ADVOGADO inscrito na OAB/PB 11.086, estabelecidos na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66 Centro, João Pessoa- PB, a quem confere amplos poderes com a cláusula adjudicia e extra-judicia para, como seus advogados, representar a outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra judicialmente, com poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber alvará em cartório, receber citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, tudo precedido de expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.

Declara ser pobre da Lei (art. 1º, da Lei nº 7.115/93) para o fim de obtenção do benefício da necessidade na forma da lei, e que sua situação econômica não lhe permite pagar custas processuais e honorários de advogados sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Declara ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2º da supracitada lei), caso o presente documento não porte a verdade.

João Pessoa-PB, 10 janeiro de 2020

  
OUTORGANTE

Scanned by CamScanner





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0808006-53.2018.8.15.2001**

**DESPACHO**

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão/modificação de ato praticado no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo. Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0808006-53.2018.8.15.2001

**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [Seguro]

**Nome:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
**Endereço:** AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Capital, CITO Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.  
JOÃO PESSOA, em 15 de abril de 2020.

TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:** 18020714250039300000012190041





## CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado, pelo(a) Funcionária Ednayara Luiza, que afirmou estar habilitado(a) a receber o documento. Segue mandado abaixo. Dou fé.

22/08/2020

Tribunal de Justiça da Paraíba

Successfully created



Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
( )

### MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0808006-53.2018.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: (Seguro)

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000.

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Capital, CITO Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

JOÃO PESSOA, em 15 de abril de 2020.

TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA  
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18020714250039300000012190041



Assinado eletronicamente por: TEREZA PRISCILA PESSOA DA ROCHA

15/04/2020 18:58:43

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 29895118



imprimir

20041518584161700000028753165

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A,  
CNPJ: 01.074.175/0002-09  
Av. Pres. Epitácio Pessoa, 723  
B. dos Estados - CEP: 58030-000  
JOÃO PESSOA-PB

11/09/20  
09:50

[https://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=28753165&idProcessoDoc=29895118](https://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML.seam?conversationPropagation=none&idBin=28753165&idProcessoDoc=29895118) 1/1

